

Observatório da Formação em Psicologia (ObPsi)

Cód/Nome	55 - Observatório da Formação em Psicologia (ObPsi)
Orientador	Caio Rudá de Oliveira
Campus	Paulo Freire
Área	Atividades acadêmicas (ensino/pesquisa/extensão) - ÊNFASE NA PESQUISA
Vagas	4
	caio.ruda@ufsb.edu.br

Resumo

O Observatório da Formação em Psicologia (ObPsi) é um grupo de pesquisa da Universidade Federal do Sul Bahia (UFSB), coordenado pelos professores Caio Rudá e Gabriela Silva. Reconhecendo a importância da discussão qualificada, pesquisa empírica e produção de conhecimento acerca do processo educativo, o objetivo principal do ObPsi é investigar a formação do psicólogo, englobando tópicos como currículo, processos pedagógicos e qualidade. O presente projeto se vincula a uma das linhas de pesquisa atualmente curso no âmbito do ObPsi: Estudos sobre a Estrutura do Processo de Ensino-aprendizagem. Especificamente, busca analisar a composição do eixo Fundamentos Epistemológicos e Históricos (FEH) nos projetos pedagógicos de cursos (PPC) de graduação em Psicologia brasileiros, através de um estudo documental de caráter quali-quantitativo, avaliando ementas e bibliografias dos componentes curriculares, de modo a identificar as características das discussões sobre as bases históricas e epistemológicas da Psicologia promovidas nos cursos de graduação. Espera-se, com os resultados, sinalizar as principais problemáticas associadas ao eixo FEH na formação do psicólogo no Brasil, podendo vir a fomentar discussões sobre o processo formativo do psicólogo, tanto em nível local como nacional.

Atividades dos bolsistas

1. Pesquisar Projetos Pedagógicos de Cursos, Matrizes Curriculares, Planos de Ensino-Aprendizagem, ementas e bibliografias nos portais das IES, familiarizando-se com o acesso à informação e metodologia de coleta de dados quantitativos;
2. Ler textos teóricos, compreendendo os modelos de formação em saúde e relacionando-os com o contexto específico da Psicologia;
3. Discutir temas relevantes sobre a formação do psicólogo e sobre metodologia de pesquisa no grupo, promovendo o entendimento das dimensões macro e micro do processo formativo.
4. Entrar em contato com IES para obter PPCs, quando indisponíveis no portal, potencializando o desenvolvimento de

habilidades sociais; 5. Analisar PPCs de cursos de Psicologia, aprendendo como se estruturam tais documentos e identificando os componentes curriculares do eixo FHE.

Atividades semanais e carga horária

1. Reunião com o grupo de pesquisa e orientação (2h);
2. Coleta e análise de dados (4h);
3. Atividades de leitura (2h);

Introdução

A formação em Psicologia no Brasil tem sido amplamente estudada e discutida em ambientes acadêmicos, desde antes da sua institucionalização em universidades e faculdades. Das discussões preliminares sobre currículo até as recentes problematizações acerca do compromisso social do psicólogo, a extensa literatura evidencia o constante interesse da Psicologia em pensar-se a si própria (BASTOS et al., 2011; BERNARDES, 2004; ROCHA JUNIOR, 1999; RASERA; BALAZ; YAZLLE, 1998; GOMIDE, 1988; PENNA, 1980; SEMINÉRIO, 1980; MELLO, 1975a, 1975b; BENKÖ, 1964/1965; CABRAL, 1954, 1953). Após intenso processo de debate acerca da profissionalização do psicólogo, na década de 1950, os cursos de Psicologia foram normatizados e a profissão regulamentada com a Lei n. 4.119 (BRASIL, 1962), que também dispôs sobre a formação do psicólogo. Além do texto legislativo, outro marco normativo da formação foi o Currículo Mínimo (CM), regulamentado pela Resolução nº 28/62, do antigo Conselho Federal de Educação (CFE). Definido como o núcleo de matérias indispensáveis para a formação em carreiras profissionais de graduação, entre elas a Psicologia, tal instrumento normativo vigorou até a introdução das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), previstas na Lei n. 9.394 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996). Ao longo do período do CM, muitas foram as críticas dirigidas à formação do psicólogo no Brasil, posta como elitista e alheia às questões sociais num país marcado pelas desigualdades (GÓIS, 1984; PATTO, 1982; BOTOMÉ, 1979). Em grande medida, essa crítica voltava-se ao predomínio da atuação clínica, alimentada por currículos enviesados pelo referencial de profissão liberal (BASTOS; GOMIDE, 1989). Em consonância ao rol de críticas que se desenhavam, durante a década de 1980, registraram-se algumas experiências de reformas curriculares, a exemplo das empreendidas na Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal de Pernambuco (COM..., 1989), na Universidade Federal da Santa Catarina (MEDEIROS, 1989), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em duas ocasiões 1977 e 1987 (GAUER; GOMES, 2005). Além disso, o próprio Conselho Federal da Psicologia (CFP), partindo do diagnóstico dos problemas relativos ao exercício da profissão, e reconhecendo seus limites de atuação, assumiu como prioridade discutir a questão da formação profissional. Em 1984, lança então o Programa de Estudos e Debates sobre a Formação e Atuação do Psicólogo, na tentativa de aproximar o Sistema Conselhos e as Instituições de Ensino Superior (IES), na direção do enfrentamento das questões relativas à formação. O CFP, portanto, colocou-se no papel de articulador entre instituições de ensino superior, MEC e CFE, para a elaboração de um novo currículo de Psicologia, dadas as constatações de que o CM, estabelecido há mais de vinte anos, já se encontrava defasado (ACHCAR,

1994). No entanto, somente com a Lei nº 9.394, e as mudanças nas instâncias máximas de deliberação da Educação brasileira, durante a década de 1990, transformações gestadas nas décadas anteriores começam a materializar-se numa proposta de formação menos preocupada com o treinamento profissional do que com a necessidade de preparar indivíduos para os desafios constantes da atuação em sociedade. Após diversas negociações entre os atores envolvidos com a formação e atuação do psicólogo, incluídos aí as IES e o CFP, no auge desse processo, em 2004, são implementadas as Diretrizes Curriculares para os cursos de Psicologia (DCNs/Psi), referencial normativo mais flexível e aberto, reconhecendo a pluralidade do campo e estabelecendo orientações gerais para a formação, na tentativa de promover tanto uma formação humanística ampla, quanto tecnicamente competente. A partir da Resolução CNE/CES nº 8/2004, as DCNs/Psi modificaram o marco normativo da formação, após mais de 30 anos de CM, na perspectiva de contemplar novas dinâmicas da atuação profissional na formação do futuro psicólogo. Atualizadas em 2011, com a Resolução CNE/CES nº 7/2011, para a inclusão das diretrizes para a formação complementar de formação de professor de Psicologia, configuram atualmente o documento de base para a elaboração dos projetos pedagógicos de curso. No entanto, diversos trabalhos têm apontado fragilidades de diversas ordens na formação do psicólogo (BORSA, 2016; PAULA; BELISÁRIO FILHO; TEIXEIRA, 2016; MACEDO et al., 2014; DIMENSTEIN; MACEDO, 2012; OLIVEIRA; AMORIM, 2012). Assim, reconhecendo a necessidade de ampliação do debate, no sentido de intensificar e qualificar a discussão acerca da formação do psicólogo, o CFP, a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e a Federação Nacional de Psicólogos (FENAPSI) produziram uma cartilha para subsidiar a discussão acerca das DCNs/Psi. Como intuito final o documento buscou subsidiar discussões no âmbito da rede implicada na formação do psicólogo (IES, conselhos regionais e demais entidades civis), crescentes em nível de abrangência, de caráter participativo, com o indicativo de elaboração de propostas de revisão das DCNs/Psi, que ocorreram entre janeiro e março de 2018, culminando num encontro nacional em Brasília, em maio do mesmo ano. Desse modo, face ao momento histórico favorável, o presente projeto de pesquisa busca se inserir no âmbito das discussões acerca da formação do psicólogo no Brasil, na consideração da necessidade de estudos que possam subsidiar futuras revisões das DCNs/Psi, atualmente em vias de mudanças para dar conta dos dilemas contemporâneas da formação. Em particular, será feito um recorte para a análise de um dos eixos estruturantes previstos nas DCNs/Psi, a saber, o eixo de Fundamentos epistemológicos e históricos (FEH), que envolvem o conhecimento das bases epistemológicas e históricas na construção do saber psicológico.

Justificativa

Ganhando cada vez mais relevo dentro das discussões na área, a História da Psicologia tem buscado o seu refinamento teórico-metodológico e conforma atualmente um importante campo interdisciplinar (CATRIEL, 2016), e conforma um corpo de discussão fundamental para a formação do psicólogo (CAMBAÚVA; SILVA; FERREIRA, 1998; PIETRO, 2001; BARNES; GREER, 2016), por fomentar uma visão ampliada e crítica do emaranhado de disposições teórico-metodológicas do campo psicológico, cuja marca identitária é justamente o caráter de dispersão (FIGUEIREDO, 1991; PENNA, 1997;

FERREIRA, 2013, 2007; BARRETO; MORATTO, 2008). Essa marca, no entanto, de acordo com Ferrarini, Camargo, Albanese, Pan e Bulgacov (2016), conduz a certos impasses no que tange à formação, na medida em que alguns estudantes evidenciam certa insegurança quanto à sua atuação, recorrendo a experiências tácitas, não-formais de aprendizagem, como o próprio processo terapêutico e bom-senso, mais do que os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da formação. Para os autores, "A diversidade e a multiplicidade presentes nas respostas e existente na Psicologia apresentam duas interpretações. De um lado, demonstram abertura da ciência a questionamentos e inovações, de outro, uma falta de identidade no corpo teórico-metodológico-científico, marcado pela disputa entre diversas linhas teóricas e pela busca de verdade única. Nesse contexto, temos um problema de como os professores de Psicologia lidam com a diversidade epistemológica, produzindo um conhecimento que, nos leva a um não-lugar científico da profissão e da ciência psicológica" (Ferrarini et al., 2016, p. 278). Na mesma direção, Silva (2010) aponta uma problemática semelhante, expressa na dificuldade (ou impossibilidade) de compreensão da unicidade dos objetos da Psicologia, em função de sua diversidade teórico-metodológica, chegando a sinalizar o acirramento das discussões históricas e epistemológicas como alternativa para incrementar o processo formativo do psicólogo, habilitando-o a uma compreensão mais abrangente e crítica do campo e das possibilidades de atuação. Entretanto, conforme têm apresentado uma série de autores, discussões vinculadas ao eixo histórico-epistemológico da Psicologia não têm sido contempladas a contento nos cursos de graduação em Psicologia, situação expressa pelo reduzido número de componentes curriculares associados aos fundamentos epistemológicos e históricos (LEIVA; LEMES, 2016; FERNANDES, 2016; CAMPOS, 2014; SEIXAS, 2014; MACEDO; LIMA; DANTAS; DIMENSTEIN, 2017). Além disso, conforme Souza, Bastos e Barbosa (2011), esse tímido debate epistemológico e histórico torna-se evidente a partir dos resultados do ENADE 2006, em que os autores constataram um baixo rendimento associado ao eixo FHE. Cumpre necessário, portanto, uma análise mais pormenorizada acerca desse cenário de tímida discussão das bases históricas e epistemológicas da Psicologia nos currículos de graduação, numa perspectiva descritivo-exploratória, possibilitando eventuais estratégias de superação das deficiências comumente apontadas pela literatura acerca da formação do psicólogo.

Objetivo Geral

Analisar a composição do eixo Fundamentos Epistemológicos e Históricos (FEH) nos projetos pedagógicos de cursos (PPC) de graduação em Psicologia no Brasil.

Objetivos Específicos

1. Identificar os cursos de Psicologia no Brasil;
2. Avaliar as ementas dos componentes curriculares associados ao eixo FEH;
3. Identificar as referências bibliográficas adotadas nos componentes curriculares associados ao eixo FEH;
4. Identificar as formas de abordagem do eixo FHE quanto à natureza e modalidade dos CCs.

Metodologia

Trata-se de pesquisa documental que irá analisar os PPCs de cursos de graduação em Psicologia no Brasil, reunidos a partir de uma amostra composta pelo sorteio de cursos de Psicologia e estratificada conforme a macrorregião onde são ofertados e o caráter público ou privado do curso. Nesse sentido, será feito um levantamento prévio das IES que ofertam cursos de Psicologia, em todo o território nacional, com base nas informações dispostas no Sistema E-MEC, que permite a tramitação eletrônica e transparência dos processos de regulação do ensino superior, orientando a coleta dos dados. Os estudantes serão, então, capacitados para identificar essas informações nos portais das IES, preenchendo uma planilha eletrônica. Cada portal será visitado de forma independente por pelo menos dois pesquisadores, de forma a se obter uma taxa de concordância que permita verificar a confiabilidade da coleta de dados. Ao final dessa etapa, teremos um mapeamento da disponibilidade de informações de todos os cursos de Psicologia do Brasil nos portais das IES. Será constituída, então, a amostra estratificada, composta pelo sorteio de 100 PPCs, distribuídos de forma proporcional à oferta de cursos por macrorregiões e mantendo a proporção de 50% dos cursos públicos e 50% privados. Obteremos, assim, um delineamento fatorial com 10 categorias: 5 macrorregiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul, Sudeste) x 2 categorias administrativas (Pública, Privada). Os PPCs serão obtidos por meio de sua disponibilidade nos portais das IES, ou, caso indisponíveis, via contato com as Instituições de Ensino Superior (IES). Serão realizadas até duas tentativas de contato por e-mail (caso disponível) e duas tentativas de contato telefônico. Esgotadas as tentativas sem sucesso na obtenção do documento, o curso será substituído por outro com as mesmas características (macrorregião e categoria administrativa). Caso não exista outro curso semelhante, será substituído por outro de mesma categoria administrativa na macrorregião com menor número de cursos selecionados para a amostra. Cada PPC será analisado quanto aos CCs ofertados, identificando-se a carga horária total do curso e os CCs do eixo FHE. Cada CC será analisado quanto a: 1. carga horária; 2. natureza (obrigatórios, obrigatórios alternativos, optativos, livres); 3. modalidade (disciplina, atividade, estágio, trabalho de conclusão de curso, atividade complementar). Será, então, realizada análise multivariada de variância, comparando-se os cursos das diferentes macrorregiões e categorias administrativas quanto à proporção de carga horária dedicada ao eixo FHE e naturezas e modalidades desses CCs. O próximo passo será analisar o conteúdo desses CCs. Para essa etapa, será composta, também por sorteio, uma subamostra, composta por 20 dos cursos analisados quantitativamente, também estratificados pela macrorregião e pelo caráter público ou privado. Com base na análise de conteúdo (BARDIN, 1977), serão analisadas as ementas e bibliografias dos componentes curriculares, de modo a identificar regularidades e/ou discrepâncias com relação à discussão das bases históricas e epistemológicas da Psicologia nos cursos de graduação.

Resultados esperados

Com a execução deste projeto, espera-se obter resultados quanto a: 1. relevância que tem sido atribuída ao eixo FHE nas estruturas cursos de graduação, por meio da proporção de carga horária destinada ao ensino desse eixo; 2. formas de abordagem do eixo FHE, identificando-se natureza e modalidade dos CCs; 3. conteúdos abordados no eixo FHE, por meio da análise qualitativa. Tais resultados contribuirão para a reflexão sobre os cursos de Psicologia no Brasil, podendo contribuir para que sejam repensados PPCs nessa área, inclusive no curso de Psicologia da UFSB.

Referências

ACHCAR, R. Introdução. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Psicólogo brasileiro práticas emergentes e desafios para a formação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994. BARNES, M., & GREER, S. The history specialist in psychology: From avocation to professionalization. *History of Psychology*, v. 19, 192-208, 2016.

BARRETO, C. L. B. T.; MORATTO, H. T. P. A dispersão do pensamento psicológico. *Bol. psicol*, São Paulo, v. 58, n. 129, p. 147-160, 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432008000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 mai. 2018.

BASTOS, A. V. B et al. Formação básica e profissional do psicólogo: uma análise do desempenho das IES no ENADE-2006. *Avaliação Psicológica*, Itatiba, v. 10, n. 3, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712011000300006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 4 jan. 2015.

BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt; GOMIDE, Paula Inez Cunha. O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 9, n. 1, p. 6-15, 1989. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931989000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 mai. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931989000100003>.

BENKÖ, A. Formação profissional do psicólogo. *Boletim de Psicologia*, São Paulo, v. 16-17, n. 47-50, 1964-1965.

BERNARDES, J. O debate atual sobre a formação em psicologia no Brasil permanências, rupturas e cooptações nas políticas educacionais, 2004, 207 f. Tese (Doutorado) Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

BORSA, J. B. Considerações sobre a formação e a prática em avaliação psicológica no Brasil. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 24, n. 1, p. 131-143, 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2016000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 mai. 2018.

BOTOMÉ, S. A quem, nós, psicólogos, servimos de fato? *Psicologia*, v. 5, n. 1, 1979.

BRASIL. Lei nº 4.119. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo, 1962a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4119-27-agosto-1962-353841-norma-1962-353841-norma-atualizada-pl.html>. Acesso em: 6 mai. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior. Resolução nº 8. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Psicologia, 2004b. Disponível em: . Acesso em: 19 mar. 2014.

CABRAL, A. C. M. Problemas da formação de psicólogos. *Boletim de Psicologia*, São Paulo, v. 5/6, n. 18-20, 1954.

CABRAL, A. C. M. Requisitos básicos da formação de psicologistas. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 5, n. 1, 1953.

CAMBAUVA, L. G.; SILVA,

L. C.; FERREIRA, W. Reflexões sobre o estudo da História da Psicologia. *Estud. psicol.* (Natal), Natal, v. 3, n. 2, p. 207-227, 1998. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1998000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 mai. 2018. CAMPOS, M. Políticas de Formação em Psicologia em Goiás: Diretrizes Curriculares e Projetos Pedagógicos, 2014, 283f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Goiás, 2014: COM A PALAVRA, DUAS COORDENAÇÕES DE CURSOS. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 9, n. 1, 1989. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98931989000100006&script=sci_arttext. Acesso em: 19 mar. 2014. DIMENSTEIN, M; MACEDO, J. P. Formação em Psicologia: requisitos para atuação na atenção primária e psicossocial. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 32, n. spe, p. 232-245, 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 mai. 2018. FERRARINI, N.; CAMARGO, D.; ALBANESE, L.; PAN, G. S.; BULGACOV, Y. M. Formação do psicólogo brasileiro: impasses e desafios. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, v. 2, n. 1, 271-280, 2016. FERREIRA, Arthur Arruda Leal. A diferença que nos une: o múltiplo surgimento da psicologia. *Rev. Dep. Psicol., UFF, Niterói*, v. 19, n. 2, p. 495-500, 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232007000200019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 mai. 2018. FIGUEIREDO, L. C. Matrizes do pensamento psicológico. Petrópolis: Vozes, 1991. GAUER, G.; GOMES, W. B. O curso da Reforma: Ensino de Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 15, n. 3, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v15n3/a05v15n3>. Acesso em: 11 dez. 2014. GÓIS, C. W. L. Proposta de um caminho para a psicologia junto à classe oprimida: por uma psicologia popular. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, v. 2, n. 1, 1984. GOMIDE, P. I. C. A formação acadêmica: onde residem suas deficiências. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Quem é psicólogo brasileiro?* São Paulo: EDICON, 1988. LEIVA, J. C.; LEMES, S. S. A ética profissional na formação de psicólogos: um estudo bibliográfico e documental. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, [S.l.], p. 539-549, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8573>>. Acesso em: 22 mai. 2018. MACEDO, J. P. et al. Transnacionalização do Ensino Superior: Impactos nos Processos Formativos em Psicologia no Brasil. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 37, n. 4, p. 852-868, 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000400852&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 mai. 2018. MACEDO, J. P. New Scenarios of Training in Psychology in Brazil. *Av. Psicol. Latinoam.*, Bogotá, v. 32, n. 2, p. 321-332, Aug. 2014. Available from <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-47242014000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 mai. 2018. MEDEIROS, J. G. O currículo como objeto de pesquisa. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 9, n. 1, 1989. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98931989000100007&script=sci_arttext. Acesso em: 19 mar. 2014. MELLO, S. A formação profissional dos psicólogos: Apontamentos para um estudo. *Psicologia*, v. 1,

n. 1, 1975a. MELLO, S. Psicologia: características da profissão. Boletim de Psicologia, São Paulo, v. 26, n. 69, 1975b. OLIVEIRA, I. F.; AMORIM, K. M. O. Psicologia e política social: o trato à pobreza como "sujeito psicológico". Psicologia Argumento, Curitiba, v. 30, n. 70, p. 559-566, 2012. PATTO, M. H. O Papel Social e a formação do psicólogo: Contribuição para um debate necessário. Boletim de Psicologia, São Paulo, v. 34, n. 82-83, 1982. PAULA, C.; BELISASIO FILHO, J. F.; TEIXEIRA, M. C. T. V. Estudantes de psicologia concluem a graduação com uma boa formação em autismo?. Psicol. teor. prat., São Paulo, v. 18, n. 1, p. 206-221, 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872016000100016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 mai. 2018. PENNA, A. G. Repensando a Psicologia. Rio de Janeiro: Imago, 1997. PENNA, A. G. Formação de psicólogos no Brasil I. Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, jan/mar, 1980. RASERA, E.; BALAZ, F.; YAZLLE, C. O currículo oculto em psicologia: a experiência dos alunos. Temas em Psicologia, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, 1998. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1998000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 jan. 2015. ROCHA JÚNIOR, Armando. Das discussões em torno da formação em Psicologia às Diretrizes Curriculares. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 1, n. 2, 1999. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/1144/852>. Acesso em: 6 mai. 2014. SEIXAS, P. S. A formação graduada em Psicologia no Brasil: reflexão sobre os principais dilemas em um contexto pós-DCN. 2014, 271f. Tese (Doutorado em Psicologia, Sociedade e Qualidade de Vida). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. SEMINÉRIO, F. Formação de psicólogos no Brasil V. Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, jan/mar, 1980. SILVA, J. C. B. As políticas educacionais e a formação profissional da Psicologia: suas implicações para a atuação profissional, 2010, 424f. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências e Letras Campus Araraquara, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2010. Disponível em: http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/2218.pdf. Acesso em 15 mai. 2018. SOUZA, M. P. R.; BASTOS, A. V.; BARBOSA, D. R. Formação básica e profissional do psicólogo: análise do desempenho dos estudantes no ENADE-2006. Aval. psicol., Itatiba, v. 10, n. 3, p. 295-312, dez. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712011000300005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 mar. 2019.